

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Raquel Marcilia da Silva
Ana Sheila Fernandes Costa

INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988 a luta pela democracia foi ganhando espaço no país. No contexto educacional, igualmente, ocorreu a defesa pela participação e autonomia das escolas por parte da comunidade escolar e movimento de educadores. No entanto, de acordo com Heloane (2018) e Drabach e Mousquer (2009), a partir dos anos 1990 a sociedade foi se globalizando, expandindo o capitalismo e igualmente a educação foi marcada por um processo de mercantilização e gerencialismo na educação. Assim, a gestão escolar aderiu a um modelo de centralização, com aspectos democráticos como “faixada”, mas sendo o Estado o regulador desse sistema, avaliador dos resultados que qualificam a educação (HELOANE, 2018).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB (Lei 9.394/1996) a luta pela democracia foi progredindo em defesa de uma gestão escolar autônoma e participativa, sendo responsável pela garantia de qualidade, acesso e permanência na escola (CURY, 2007). No Distrito Federal, a partir da Lei da Gestão Democrática (Lei 4.751/2012), a gestão buscou garantir os direitos educacionais, contrapondo práticas centralizadas, individualistas e autoritárias (RIBEIRO, 2018).

Foi necessário investir em uma formação continuada que acompanhasse o desenvolvimento da sociedade, oferecendo ao gestor a capacidade de refletir sobre sua função. A formação continuada para Silva (2010) se constitui em um “*continuum progressivo*”, em processo de construção articulando as práticas profissionais e os saberes advindos desse processo.

No Distrito Federal, em 2012, a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE), vinculada à Secretaria de Estado da Educação (SEED-DF), conforme a Lei da Gestão Democrática do Distrito Federal (Lei 4.751/2012), promoveu cursos de formação para gestores escolares de escolas públicas, visando aprimorar os conhecimentos dos gestores nas dimensões administrativas, políticas,

financeiras, pedagógicas, culturais e sociais da educação. Este trabalho objetiva, portanto, analisar esses cursos a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos. Nosso estudo integra a pesquisa intitulada “A Formação Continuada de Gestores da Rede Pública do Distrito Federal”, financiada pela Fundação de apoio à pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa utiliza a abordagem qualitativa e foi realizada por meio de análise documental. Para tanto, elaborou-se um roteiro de análise baseado nos aspectos teórico-metodológicos que fundamentam os cursos de formação continuada ofertados pela EAPE/SEED-DF no período de 2012 a 2015.

Os seguintes itens constituíram o roteiro: a) **Estrutura do curso**: período do curso; tema; número e situação dos participantes; em quais regiões administrativas os cursos foram ministrados; objetivos (geral e específico); etapa de ensino priorizado no curso; b) **Aspectos Metodológicos**: metodologia utilizada; carga horária; se houve acompanhamento processual pela EAPE; c) **Avaliação do curso**: avaliação das atividades ministradas; avaliação dos cursos pelos cursistas; avaliação dos formadores e d) **Fundamentos teóricos**: conteúdos ou atividades ministradas; autores de referências dos cursos por edição.

2 RESULTADOS

Perspectivas teórico-metodológicas dos cursos de formação de gestores oferecidos pela EAPE/SEED-DF (2012-2015)

Os resultados gerais demonstram que quanto à **estrutura** do curso realizado em 2012, seu título foi “Construindo a Gestão Democrática na Escola Pública”; foi ofertado na modalidade EaD. Participaram da edição 1.304 gestores (1.149 foram habilitados e 155 desistentes).

No que se refere aos **aspectos metodológicos**, foi caracterizado pelo problematizador-dialógico-participativo. A carga horária foi de 180 horas.

Quanto aos **fundamentos teóricos**, a formação continuada é entendida como um elemento para se repensar práticas educativas desenvolvidas na escola,

que contribuam com pressupostos teórico-práticos para se construir a autonomia da escola.

Na formação realizada no ano 2015, da **estrutura**, o curso foi intitulado “Gestão Escolar Democrática: das Políticas Públicas ao Projeto Político-Pedagógico da Escola”. Foi realizada em duas edições, disponibilizadas em 1260 vagas. O número de inscritos foi de 851 (547 foram habilitados, 252 não habilitados e 10 desistentes).

A **metodologia** adotada foi a Dialógica-participativa, sua duração foi de 180 horas. As avaliações foram contínuas e progressivas, como na edição de 2012.

Quanto aos **fundamentos teóricos**, o curso concebe a formação continuada como um elemento que proporcione experiências que sejam práticas inovadoras na relação teoria e prática, na construção do conhecimento a partir de práticas dialogadas e reflexivas.

Os cursos buscam efetivar a democracia desde a elaboração e a realização do Projeto Político-pedagógico até a abordagem de aspectos metodológicos de participação que proporcionaram descentralização, buscando foco nos interesses da comunidade escolar como um todo. Chama atenção também a ênfase atribuída às avaliações externas e a busca dos gestores pelo curso de formação para compreender e “dar conta” desse sistema de prestação de contas do Estado, enquanto mecanismo de controle externo da escola pública.

Nas avaliações realizadas pelos cursistas, há ainda o relato de uma distância significativa entre a teoria e o que acontece dentro de uma escola. Essa observação reforça uma reflexão para aprimoramento dos cursos, que permitam que o gestor encontre em sua função dentro de sua realidade possibilidades de desenvolvimento e progresso.

O gestor, diante de contextos sociais e políticos que influenciam a escola, se encontra em um estado de sobrecarga, entre funções administrativas e pedagógicas, que lhe disponibilizam pouco tempo para realização dos cursos. A edição de 2015 buscou oferecer mais horas no ambiente virtual e menor carga horária presencial como alternativa, mas ainda observa-se uma diminuição devido a retirada da obrigatoriedade do curso como pré-requisito para candidatura. Muitos viram o curso como um procedimento opcional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundamentação teórica baseada no contexto democrático foi eficaz no olhar crítico dos diretores e vices para suas práticas de construção de autonomia e participação nas escolas. A metodologia baseada em diálogo e participação ofereceu importantes relações entre formadores e cursistas que contribuíram nessa construção a partir do compartilhamento de experiências e propostas.

Apesar disso, a gestão gerencial e democrática ainda coexistem na formação dos gestores escolares. Por isso é essencial um olhar atento às necessidades formativas do gestor encontradas em sua realidade social, política e econômica. Para isso, é importante uma relação dialógica entre a teoria e a prática como aspectos fundamentais para a construção do seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: . Acesso em 22 set. 2020.

BRASIL, lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 22 set. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Gestão democrática na Escola e o Direito à Educação. **RBPAE**, V.23, n.3, p.483-495, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 4.751 de 07 e fevereiro de 2012. **Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal**. Brasília, DF: governo do Distrito Federal, 2012. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2019/02/lei-n%C2%BA-4.751-de-07-de-fevereiro-de-2012.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. Dos primeiros escritos sobre administração escolar ni Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 258-285, 2009.

HELOANI, Roberto. Gerencialismo e educação: New Public Management - qualificação ou neurotização?. In: HELOANI, Roberto. **Modelos de Gestão e Educação: gerencialismo e subjetividade**. São Paulo: Cortez, 2018, p. 173.

MOREIRO, Helane Araújo de Lima. **Política de formação do diretor escolar: trabalho pedagógico?**. 2019. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

RIBEIRO, Marli Dias. **Formação de Gestores escolares por Competências:** um estudo das dimensões político-pedagógica, ética e técnica, 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, Edilamar Oliveira dos. **Formação continuada na Rede Municipal de Ensino do Recife:** concepções e práticas de uma política em construção. 2010. Tese (doutorado em educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.